REVISTA AMERICANA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO AMERICAN JOURNAL OF ENTREPRENEURSHIP AND INNOVATION



ISSN: 2674-7170 v.3, n.1, mar/2021

PARANÁ MAIS ORGÂNICO, CERTIFICANDO UNIDADES E INFLUENCIANDO PENSAMENTOS

Wanderley Hermenegildo^{1*}, João Roberto Navarro², Petrucio de Souza Mareco³, Luís Fernando Roveda⁴, Rayane Silva Bueno⁵, Josiane Aparecida Gomes Figueiredo⁶

¹Universidade Estadual do Paraná Campus Paranaguá, Paraná, Brasil, wandebio@gmail.com
²Universidade Estadual do Paraná Campus Paranaguá, Paraná, Brasil, joaonavarro80@gmail.com
³Universidade Estadual do Paraná Campus Paranaguá, Paraná, Brasil, petrucio.mareco@gmail.com
⁴Universidade Estadual do Paraná Campus Paranaguá, Paraná, Brasil, lfroveda@gmail.com
⁵Universidade Estadual do Paraná Campus Paranaguá, Paraná, Brasil, jo.gomesfigueiredo@gmail.com
⁶Universidade Estadual do Paraná Campus Paranaguá, Paraná, Brasil, jo.gomesfigueiredo@gmail.com

RESUMO: Entre a sustentabilidade e a produção agrícola existe uma relação um tanto complexa quando se considera aos impactos negativos referentes aos insumos químicos regulamentados utilizados na produção. Além disso, mecanismos que limitam a utilização de insumos químicos tem despertando um interesse maior no manejo orgânico de produção. A SETI/PR tem incentivado o crescimento do programa PARANÁ MAIS ORGÂNICO em colaboração com as Universidades Estaduais do Paraná, instituições parceiras como a EMATER, prefeituras, Instituto Federal do Paraná. O programa também conta com a colaboração de produtores rurais, que relatam vizinhos e demais produtores que possuem aptidão para o manejo orgânico com capacidade para obter a certificação de sua unidade em prol de terem o seu espaço devidamente adequado com o Regulamento Técnico Para Sistemas Orgânicos de Produção (IN 46/2011). O interesse pelo programa vem aumentando também pelo incentivo do Governo do Estado e Prefeituras Municipais que publicam editais oferecendo um valor maior aos produtos certificados sob o manejo orgânico. Neste contexto o programa Paraná Mais Orgânico certifica unidades em todo o Litoral do Paraná, em prol de estimular a produção e a certificação.

Palavras-chave: Litoral do Paraná, certificação, Antonina, Agrobiologia.

PARANÁ MORE ORGANIC, CERTIFIED UNITS AND INFLUENCING THOUGHTS

ABSTRACT: Between sustainability and agricultural production, there is a somewhat complex relationship when considering the negative impacts of regulated chemical inputs used in primary plant production. The mechanism that limits the use of these products is arousing greater interest in organic production management. SETI / PR has been investing in the PARANÁ MAIS ORGÂNICO project, through the State Universities of Paraná, which has been assisting with recently graduated fellows, and partner institutions such as EMATER in the municipalities, city halls and other institutions such as the Federal Institute of Paraná, soon also by the direct indications of rural producers, where they report from their neighbors and other producers who have aptitude for organic management, and their care in handling, these plant production units will be able to obtain the certification of their unit in favor of having their space properly adequate with the Technical Regulation for Organic Production Systems (IN 46/2011). The interest is increasing due to the

incentive of the State Government and City Halls where they publish a public notice that shows a more pleasant value to the rural producers, in order to supply properly certified products under organic management. As a result, the Paraná Mais Orgânico program has been certifying units across the coast of Paraná, in order to stimulate production and certification.

Keywords: Coast of Parana, certification, Antonina, Agrobiology

INTRODUÇÃO

A busca para diminuir a aplicação de insumos químicos na produção primária vegetal está nas mãos dos pequenos agricultores, que buscam a aplicação de insumos naturais para a produção. Além disso o planejamento do uso da terra é fundamental, porque além do solo ser considerado um meio para a sustentabilidade e fornecedor de nutrientes para a planta cultivada, ele disponibiliza abrigo para fauna e flora silvestre. No processo produtivo orgânico o manejo da área deve ser planejado de forma objetiva para prevenir danos no ecossistema local (Penteado 2010) sendo de forma parcial ou completa na propriedade, conforme o produtor tenha acesso ao conhecimento e/ou auxílio técnico.

Segundo Abreu et al. (2012), devido a história e princípios do sistema orgânico de produção, este possui uma função fundamental na agricultura de base agroecológica, que utiliza um conjunto de regras e práticas regulamentadas aos seus controles de certificação, bem como, a crescente importância financeira e a fácil identificação dos produtos pelos consumidores.

Através dos tempos, a agricultura orgânica sofreu diversas variações, e atualmente, verifica-se no Brasil, que há diversas concepções do movimento alternativas relacionadas à agricultura convencional. Essa aproximação de caráter é encontrada na prática por agricultores que conduz à emergência de uma forma diferente de fazer agricultura, pois os elementos resultam da convergência para agricultura orgânica e agroecológica, nascendo assim, outra maneira de se fazer agricultura. Portanto, Abreu et al. (2012) mostram que as interações dessas duas formas mais comuns de fazer agricultura alternativa no Brasil (agricultura orgânica e agroecologia) promovem a transição para uma agricultura tida como sustentável ou ecológica.

De acordo com Michellon *et. al* (2011) considerando o âmbito nacional, na agricultura de produtos sem agrotóxicos é de certa forma pequena, possuindo aproximadamente 800 mil hectares, tendo participação de mais de 15 mil agricultores, sendo a maioria dentre estes, pequenos produtores, que trabalham com "agricultura familiar".

É crescente o uso de componentes químicos como herbicidas, fungicidas, inseticidas, fertilizantes e derivados com aditivos químicos, e consequentemente o impacto ambiental e sócio ecológico na saúde dos consumidores e agricultores (Bombardi, 2017).

Um dos países que mais utilizam agrotóxico do Mundo é o Brasil (Pgnati, 2011; Bombardi,2017). A intoxicação causada através destas substâncias tem aumentado muito entre os trabalhadores da área rural, devido a ficarem expostos diretamente a estes produtos, bem como, as pessoas que consomem estes produtos levando a população ficar exposta à um nível de vulnerabilidade de saúde pública e ambiental exponencial nestes últimos anos (Bombardi,2017; BRASIL, 2018).

Segundo Mariani & Hankes (2015) é necessário sensatez e reflexão em relação ao uso dos agrotóxicos, visando os impactos que podem ser causados à saúde pública, da intoxicação dos produtores que realizam sua aplicação, e da contaminação via alimentos que são disponibilizados nos mercados, e de como este processo pode ser revertido.

No cenário mundial, a atenção tem se voltado a agricultura orgânica, principalmente no que diz sobre os países europeus e o Estados Unidos da América, onde as áreas cultivadas sob manejo orgânico tem crescido 30% ao ano, e no Brasil, pela procura e demanda do mercado, esta prática tem tido resultados importantes, onde este número chega a 10% ao ano (Fonseca, 2000). BOEHM (2017) destaca que os produtos orgânicos mais consumidos pela população são legumes, verduras e frutas, a pesquisa indicou que a cada 10 consumidores, 6 consomem verduras orgânicas e no geral 25% das pessoas entrevistadas preferem consumir verduras e frutas. Segundo a avaliação do Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis) o setor de produtos orgânicos do Brasil terá crescimento tanto em relação ao consumo interno como para exportação (Ascon, 2018).

O programa Paraná Mais Orgânico (PMO), do Estado do Paraná, financiado pela SETI/PR, está implantado em todas as Universidades Estaduais do Paraná. Desta forma a universidade disponibiliza ao programa o auxílio de técnicos recém formados, que acumulando experiência profissional conseguem aplicar o que foi ensinado durante a graduação, além de disponibilizar maior número de técnicos em campo; também disponibiliza o certificado de conformidade por auditoria, através do sistema da TECPAR (Instituto de Tecnologia do Paraná) a qual também é parceiro no programa (Michellon, *et al.* 2018).

O programa visa dar maior suporte ao pequeno agricultor através das orientações técnicas que o mesmos recebem, auditoria e aprovação da unidade, com posterior certificado de conformidade com a Instrução Normativa nº 46 de 2011 (TECPAR, 2017). O programa tem como objetivo principal realizar a Certificação de Produtos Orgânicos de forma gratuita em todos os municípios do Estado do Paraná, tendo como prioridade o pequeno agricultor. O selo de certificação nos produtos orgânicos, é uma maneira de garantir ao consumidor de que o produto o qual ele está comprando, foi produzido dentro de um sistema orgânico e agroecológico, ou seja, sem registros da utilização de agrotóxicos.

Cavallet et al. (2015) evidenciaram que as maiores limitações dos produtores quanto às opções para produção orgânicas são relacionadas à obtenção de insumos permitidos para o sistema de produção; inadequação do solo devido à deficiência de nutrientes; escassez de alternativas para combater pragas e doenças, sem a utilização de insumos sintéticos. Além da baixa escala de produção dificultando o acesso a grandes mercados. Em contra partida os mesmos autores destacam que o PMO favorece o interesse dos produtores em obter o selo de produto orgânico que é gratuito; melhora a qualidade de vida no meio rural e urbano; preserva o meio ambiente e agrega valor financeiro aos produtos certificados; favorece a formação de grupos e cooperativas, como o caso da certificação participativa. Nas universidades o PMO também auxilia na disseminação da produção pela divulgação de pesquisa e a extensão universitária.

O PMO, vem a apoiar a certificação no Estado do Paraná. O processo de certificação, leva em consideração os rígidos critérios de avaliação para conformidades, regidos pelas normas técnicas específicas (Instrução Normativa 46 de 2011), bem como, as propriedades auditadas por órgãos públicos e/ou privados, que são regidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo do Estado (Michellon *et al.* 2011).

Em relação à certificação, dependendo do produto a ser certificado, o valor do produto final pode chegar de 3 a 5 vezes maior do que o valor do produto convencional. Os preços são taxados em editais para a aquisição de alimentos para instituições governamentais (escolas, creches, Marinha do Brasil, Exército Brasileiros entre outros), fazendo assim com que os produtores possuam maior interesse na busca pela certificação, bem como pela qualidade dos produtos a serem produzidos, protegendo assim o solo, fauna e não contaminando lençol freático da região.

Em apoio ao consumo de produtos orgânicos, o governo do Estado do Paraná, já está implantando medidas para atender até 2030, que todos os produtos fornecidos nas escolas estaduais sejam 100% orgânicos certificados. Com tal demanda, a procura pela obtenção da certificação e auxílio técnico para manejo dos produtos sem agrotóxicos será ainda maior.

O presente trabalho trata-se de um relato do processo para obtenção de certificação via equipe da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR – Campus Paranaguá) de uma unidade no município de Antonina/PR que ocorreu entre os anos de 2016 a 2020, e como uma unidade certificada pode influenciar outros produtores.

3. Materiais e Métodos

A unidade a ser certificada analisada encontra-se no município de Antonina/PR (Coordenadas Latitude 25°16'30.50"S e Longitude 48°41'55.27"O) e pertence aos produtores Paulo e Lisete T. Marceniuk. A propriedade possui 10,2 hectares.

Em todo o processo de certificação a unidade é acompanhada pela EMATER e pela equipe do PMO UNESPAR – Campus Paranaguá com planejamento e execução do trabalho seguindo a legislação que define a regulamentação dos Sistemas Orgânicos de Produção (Cavallet, Ribeiro & Martins, 2013).

Inicialmente foi realizado um estudo de caso, que consistiu em fazer um levantamento de todas as informações referentes à unidade, suas condições (de exclusivamente orgânico ou de forma paralela, onde também há produção convencional), manejo da produção, objetivo pós produção (se venda direta, ou fornecer editais como Programa Nacional da Alimentação Escolar –PNAE, e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, os processos envolvidos na produção orgânica, bem como sua legislação,

apresentação das inovações metodológicas para melhorar o manejo e as práticas permitidas para aplicação do manejo orgânico.

Para o levantamento das informações foram realizadas visitas de acompanhamento na unidade, em prol de prestar o devido atendimento na melhoria da produção, e buscando o interesse no produtor convencional na realização da conversão parcial e/ou total para o sistema orgânico, e assim a certificação de produtos orgânicos de origem vegetal.

Para a certificação foram utilizadas as normas e a legislação atual dos sistemas de qualidade e de gestão ambiental NBR ISO 19011 no que diz respeito às auditorias, assim como a instrução normativa nº 46, de 06 de outubro de 2011, regulada pela instrução normativa 17, de 18 de junho de 2014.

4. Resultados e discussão

No acompanhamento inicial foi possível evidenciar que os produtores Paulo e Lisete T. Marceniuk possuíam um longo histórico de produção convencional utilizando-se de vários tipos de produtos químicos para o cultivo de hortaliças e frutas. Segundo o produtor, foram mais de 10 anos utilizando herbicidas, inseticidas e adubos químicos, que acabaram por interferir na produção, nos produtos comercializados, no solo, etc.

Após visitas de acompanhamento, explicando os processos envolvidos na produção orgânica, oferecendo distintas possibilidades de crescimento financeiro, a fim de melhorar e tornar o manejo saudável e ecologicamente correto, foi possível verificar o interesse do produtor em realizar sua conversão parcial (como teste), o que já foi de grande avanço tecnológico e social na unidade.

O produtor optou por realizar a produção paralela, isto é, possui produção orgânica de hortaliças como alface, couve, salsinha, alho, ameixa, banana, chuchu entre outras, e produção paralela, que é produção convencional de palmito pupunha. Obteve a primeira certificação em 2017 e a partir daí ocorreram novas inspeções e renovação de certificado a cada 06 (seis) meses, de modo garantir sua veracidade da certificação.

Em 2017 a unidade certificada apresentava área de 0,05 hectares com os cultivos de alface, couve, salsinha, alho, ameixa, banana, chuchu entre outras, sendo que a área foi ampliada 03 vezes, chegando a 0,25 hectares, mantendo as mesmas culturas de maneira a aumentar sua produtividade. O aumento da área foi estimulado tendo em vista o retorno financeiro mais favorável e o acesso a outros meios de comercialização através de editais governamentais (PNAE, PAA entre outros) que priorizam a compra de produtos orgânicos certificados.

O interesse na produção orgânica de um produtor que era 100% convencional, e que hoje possui um certificado por auditoria em sua unidade, despertou o interesse em divulgar o programa, e convencer os vizinhos e colegas produtores da região optarem também pela produção orgânica, bem como a obtenção de certificação de conformidade orgânica por auditoria.

O produtor Paulo Marceniuk indicou o produtor Edemar Ferron, que indicou Flávio Martini e Ênio Ferron, e consequentemente indicou o senhor Zinel Lemon (Figura 1). Fazendo com que a área de cultivo orgânico aumentasse, bem como os produtos oferecidos (Tabela 1). A área certificada em totó o litoral do Estado, já ultrapassa os 125 hectares, chegando a 46 unidades certificadas até final de 2019.

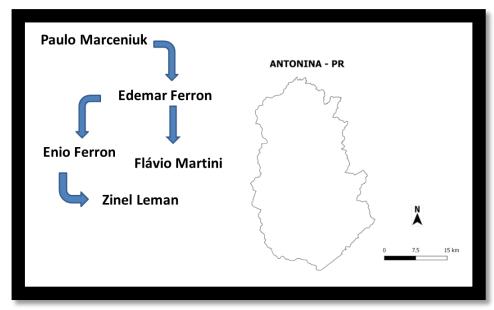


Figura 1: Casos de influência e indicações dos produtores para obtenção de certificação em Antonina. **Tabela 1.** Informações das unidades certificadas (2019) referente aos nomes constados na figura 1.

Produtor	Área Total	Área Orgânica	Área Convencional	Principais produtos
Paulo Marceniuk	10,2 ha	0,16 há	4,08 ha	Alface, couve, salsinha, alho, ameixa, banana, chuchu entre outras
Edemar Ferron	30,7 ha	9,55 ha	1,75 ha	Banana maça, banana prata, banana roxa, amora roxa
Flávio Martini	136 ha	2,92 ha	19,85 ha	Banana maça, banana prata, banana caturra, taiá
Ênio Ferron	24,2 ha	4,16 ha	2,5 ha	Banana caturra, banana prata e banana maçã
Zinel Leman	1,0 ha	0,25 ha	Zero	Acerola, ameixa, Banana caturra, banana prata, palmito pupunha e limão rosa

A "Área orgânica", refere-se a área de produção destinada para uso exclusivo em sistema orgânico.

O PMO da UNESPAR Campus de Paranaguá certificou 46 unidades em todo o litoral paranaense até o final de 2019. O programa possui uma grande demanda de interessados para a obtenção da certificação. Ou seja, o incentivo do Governo do Estado do Paraná para a produção e certificação de produtos orgânicos, o trabalho árduo de acompanhamento realizado pelas equipes da EMATER e da UNESPAR – Campus Paranaguá e as vantagens dos produtores para a produção orgânica certificada, vem influenciando o pensamento de outras famílias.

5. Referência Bibliográfica.

ABREU, L. S.; BELLON, S.; BRANDEBURG, A.; OLLIVER, G.; LAMINE, C.; DAROLT, M. R.; AVENTURIER, P.; Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia, in: Editora UFPR, Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 26, p. 143-160, jul./dez. 2012.

ASCON. Setor orgânico projeta crescimento de ate 30% em 2018. São Paulo, 2018. Disponível em www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/setor-de-organic >Acesso em 16/11/2019

BOEHM, C. Pesquisa Mostra Que Produtos organios são consumidos por 15% da população. São Paulo – SP, 2017. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/pesquisa-mostra-que-produtos-organicos-sao-consumidos-por-15-da-população acesso em 16/11/2019.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde / Ministério da

Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

Bombardi, L.M. Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia. São Paulo: FFLCH - USP. 2017. 296 p. Disponível em: https://ecotoxbrasil.org.br/upload/587ed92192e9dbe77bddffd31cbe25a7-e-

book_atlas_agrot_axico_2017_larissa_bombardi.pdf (2. Acesso em 20/12/2019.

CAVALLET, L. E.; RIBEIRO, H.I.; MARTINS, C.B.; Cooperação técnica para certificação de agricultura orgânica na região litorânea do Paraná. **Rev. Acad., Ciênc. Agrár. Ambient,** Curitiba, v. 11, Supl. 2, p. S169-S174, 2013.

CAVALLET, L.E.; MARONE, E.J.; HERMENEGILDO, W.; LAZZARIS, G.O.; Programa paranaense de certificação de produtos orgânicos: a certificação dos produtores do litoral do Paraná e as potencialidades dos canais de comercialização in: 9° CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, Cadernos de Agroecologia — Belém-PA.*Anais.*..Belém: ISSN 2236-7934 - Vol 10, No. 3, Out. 2015.

FONSECA, M. F. A. C. Cenário da produção e da comercialização dos alimentos orgânico. Worshop sobre produção orgânica de leite, Juiz de Fora, Embrapa Gado de Leite, Juiz de Fora, 2000.

MARIANI, C. M. & HENKES, J. A.. Agricultura Orgânica X Agricultura Convencional, Soluções para Minimizar o uso de insumos industrializados. Rev. Gest. Sust. Ambient., Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 315 - 338, out. 2014/mar.2015

MICHELLON, E.; ROCHA, C. H.; MARTINS, F. R. C.; KAWAKAMI, J.; ROVEDA, L. F.; KAWANO, L. C.; VENTURA, M. U.; GARCIA, R. C.; MACEDO, R. B.; WILHELM, V. I.; Relatos de Experiência de Certificação Pública de Produtos Orgânicos, Paraná Mais Orgânicos. CRV Ltda., Curitiba, 2018.

MICHELLON, E.; ROSA, G. M.; KAWAKAMI, J.; CARVALHO, T. M. M.; Certificação Pública de Produtos Orgânicos, a experiência paranaense. Editora Clichetec, Maringá – Pr. 2011.

PENTEADO, S.R. Manual de fruticultura ecológica: Técnicas e práticas de cultivo. 2. ed. Campinas: Via Orgânica, 2010.

PIGNATI, W. Não existe uso seguro de agrotóxicos. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/entrevistas/44972-nao-existe-uso-seguro-de_agrotoxicos-entrevista-especialcomwanderlei-pignati Acesso em: 02 maio de 2019.

TECPAR (2017) < http://portal.tecpar.br/noticia/produtores-familiares-de-organicos-do-parana-sao-maioria-entre-os-clientes-do-tecpar/ acesso em 02 de novembro de 2019.

Received on 03, 2020. Accepted on 09, 2020.